



ARQUIMEMÓRIA 6
SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

“MOÇO... EU FIZ ESTA CIDADE”: OS ALOJAMENTOS DOS OPERÁRIOS DE BRASÍLIA

"MOZO... ¡HE HECHO ESTA CIUDAD!": LOS ALOJAMIENTOS DE LOS TRABAJADORES DE BRASILIA

"GUY... I MADE THIS CITY": BRASILIA WORKERS' ACCOMMODATIONS

Patrimônio, sociedade e diversidade

Hiago Lacerda da Silva

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, PPGFAUUnB, hiago.silva@aluno.unb.br

Ana Paula Campos Gurgel

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, FAUUnB, anapaulagurgel@unb.br



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os alojamentos coletivos para operários durante a construção de Brasília, destacando a discrepância entre a idealização modernista e a realidade habitacional desses espaços. Utilizando uma abordagem histórico-interpretativa, a pesquisa analisa três projetos originais dos alojamentos coletivos disponíveis no Arquivo Público do Distrito Federal. O estudo explora as características desses projetos, que variam de soluções mais complexas e amplas a alternativas simples e precárias. Nos primeiros anos de construção da capital, os acampamentos foram a solução para abrigar os trabalhadores. Os alojamentos coletivos para os operários, diferentemente das residências para engenheiros, foram a solução para garantir a dinâmica de exploração nos canteiros: um quartinho coletivo em uma “senzala moderna”. Além disso, exemplos como a dicotomia entre o Catetinho e os alojamentos coletivos destacam essa discrepância. Apesar de ambos apresentarem caráter temporário, o primeiro foi preservado como patrimônio moderno antes da inauguração, enquanto os alojamentos para os trabalhadores, ainda que habitados, foram demolidos e hoje, os que sobraram enfrentam risco de deterioração. Apesar de sua natureza efêmera, esses espaços tiveram importância crucial na formação da identidade de Brasília e no desenvolvimento urbano da cidade. A preservação material e imaterial desses espaços é vital para o reconhecimento da contribuição desses trabalhadores, que enriquece a memória e o patrimônio cultural de Brasília.

Palavras-chave: Alojamentos coletivos, operários, Brasília, modernismo, preservação.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar los alojamientos colectivos para obreros durante la construcción de Brasília, destacando la discrepancia entre la idealización modernista y la realidad habitacional de estos espacios. Utilizando un enfoque histórico-interpretativo, la investigación analiza tres proyectos originales de alojamientos colectivos disponibles en el Archivo Público del Distrito Federal. El estudio explora las características de estos proyectos, que varían desde soluciones más complejas y amplias hasta alternativas simples y precarias. En los primeros años de construcción de la capital, los campamentos fueron la solución para albergar a los trabajadores. Los alojamientos colectivos para los obreros, a diferencia de las residencias para ingenieros, fueron la solución para garantizar la dinámica de explotación en los canteros: un cuarto colectivo en una “senzala moderna”. Además, ejemplos como la dicotomía entre el Catetinho y los alojamientos colectivos destacan esta discrepancia. A pesar de que ambos presentan un carácter temporal, el primero fue preservado como patrimonio moderno antes de la inauguración, mientras que los alojamientos para los trabajadores, aunque habitados, fueron demolidos y hoy, los que quedaron enfrentan riesgo de deterioro. A pesar de su naturaleza efímera, estos espacios tuvieron una importancia crucial en la formación de la identidad de Brasília y en el desarrollo urbano de la ciudad. La preservación material e inmaterial de estos espacios es vital para el reconocimiento de la contribución de estos trabajadores, que enriquece la memoria y el patrimonio cultural de Brasília.

Palabras-clave: Alojamientos colectivos, trabajadores, Brasília, modernismo, preservación.

Abstract: The aim of this article is to analyze collective housing for workers during the construction of Brasília, highlighting the discrepancy between modernist idealization and the actual living conditions of these spaces. Using a historical-interpretative approach, the research examines three original projects of collective housing available at the Public Archive of the Federal District. The study explores the characteristics of these projects, which range from more complex and spacious solutions to simpler and more precarious alternatives. In the early years of the capital's construction, camps were the solution found to house the workers. Collective housing for the workers, unlike the residences for engineers, was the solution to ensure the dynamics of exploitation on the construction sites: a collective room in a “modern senzala.” Additionally, examples such as the dichotomy between the Catetinho and the collective housing highlight this discrepancy. Despite both having a temporary nature, the former was preserved as modern heritage before the inauguration, while the workers' housing, though inhabited, was demolished, and those that remain today face the risk of deterioration. Despite their ephemeral nature, these spaces played a crucial role in shaping Brasília's identity and in the city's urban development. The material and immaterial preservation of these spaces is vital for recognizing the contribution of these workers, enriching the memory and cultural heritage of Brasília.

Keywords: Collective housing, workers, Brasília, modernism, preservation.



“MOÇO... EU FIZ ESTA CIDADE”: OS ALOJAMENTOS DOS OPERÁRIOS DE BRASÍLIA

INTRODUÇÃO

Este artigo discute a configuração espacial dos alojamentos coletivos projetados para abrigar os operários durante a construção de Brasília, utilizando uma abordagem metodológica histórica-interpretativa. A pesquisa baseia-se na análise de documentos primários e referências teóricas, coleta, sistematização e análises de dados documentais, com foco em compreender como a arquitetura dos alojamentos, inicialmente projetada como temporária, se torna objeto de preservação patrimonial. O texto é alicerçado na história e teoria da arquitetura e se aproxima de questões socioculturais. São analisados três projetos originais de alojamentos coletivos da Novacap encontrados nas fontes primárias disponíveis no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), que lançam luz para a compreensão de parte do processo histórico da vivência cotidiana desses operários, geralmente atrelada a inúmeras lutas e resistências.

Este estudo é complementar a outro artigo (ainda não publicado) intitulado “‘A casa do chefe’: análise configuracional dos projetos residências para os engenheiros da construção de Brasília (1956-1961)”, ambos fazem parte uma pesquisa mais ampla intitulada “Além da monumentalidade: o Conjunto Fazendinha sob aspectos socioespaciais e configuracionais do habitar” desenvolvida em nível de Mestrado no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - PPGFAUUnB. Esses estudos assentam-se sob o mesmo arcabouço teórico-conceitual, explorando os acampamentos de Brasília a partir do pressuposto de que a configuração espacial dos alojamentos refletia as relações de poder e as desigualdades sociais à época, evidenciando a dicotomia entre o projeto urbanístico idealizado e a realidade vivida pelos operários. Discute-se qual a sua importância histórico, social, cultural e patrimonial, do ponto de vista da experiência dos trabalhadores nos primórdios do patrimônio moderno de Brasília.

Brasília foi idealizada com base em um plano urbano que, desde sua concepção, pretendia implantar mecanismos que oferecessem maior ordenamento aos diversos setores de serviço da cidade (Paviani, 2007). A “Meta Síntese” do programa de governo de Juscelino Kubitschek (JK) manifestou elevada importância política e econômica da época para a transferência da capital (Sousa, 1983). O projeto estimulou inúmeros trabalhadores e empreiteiras a migrar para a região e aperfeiçoar sua mobilização de força de trabalho, mediante os novos preceitos da arquitetura moderna aplicados à moradia, à organização espacial dos conjuntos de acampamentos e aos canteiros de obras (Ribeiro, 2008; Sousa, 2007).

Pautada em preceitos modernos da concepção de um novo ideal arquitetônico e urbanístico, que, segundo Ficher e Palazzo (2005, p.50), se caracteriza por uma composição monumental de “eixos reguladores, organização geométrica, simetria, isolamento das partes, disposição regradada de volumes e marcação de pontos focais com edifícios imponentes e obras de arte”, organizados segundo relações de cheios e vazios (estes, predominantes) que se diferem do tecido comum da cidade de caráter colonial. Por isso, seu ponto central, o Plano Piloto, tornou-se foco de interesse histórico, sendo reconhecido como Patrimônio Mundial em 1987 (Barbosa; Derntl, 2022). Todavia, como será visto, o patrimônio cultural de Brasília não se limita ao Plano Piloto. Segundo Barbosa e Derntl (2022, p. 68), Brasília contempla bens localizados além de seu núcleo central, como: “construções centenárias erguidas no que antes era o estado de Goiás, edificações em madeira que remetem ao período inicial da construção [...] e equipamentos para fornecimento de serviços a



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

núcleos satélites”. Assim sendo, esses bens ampliam as possibilidades de leitura da imagem patrimonial da capital para além da escala monumental (Barbosa; Derntl, 2022). Para Perpétuo (2015, p. 132 – grifo nosso), em uma ação totalizante, “natureza e urbanidade, antiguidade e novidade, a sede dos poderes, a morada das elites, e os *barracos de madeira de humildes operários*” tornam-se objetos a serem convertidos em patrimônio cultural de Brasília.

Mesmo quanto ao Plano Piloto, ao se identificar a sua peculiaridade de cidade modernista, portanto, sua excepcionalidade, não se põe afastada de toda a visualização do mesmo enquanto obra relativamente fechada, passível de ser lida de modo integral em seu desenho de avião, a cidade central, ainda que relacionada a outros elementos, como os *acampamentos dos candangos*, cuja razão de ser não era, senão, pela construção de Brasília. (Perpétuo, 2015, p. 132).

Em outras palavras, embora o Plano Piloto de Brasília seja uma obra modernista notável e possa ser visto como um todo coeso, é importante também considerar os elementos externos, como os *acampamentos dos operários*, que foram essenciais para a construção da cidade. A análise da urbe deve reconhecer tanto o *design* integrado do Plano Piloto quanto a importância dos acampamentos no contexto histórico da construção da cidade. Neste sentido, a capital se distinguiu das demais grandes obras urbanas devido ao seu caráter isolado. Conforme observado por Ribeiro (2008, p. 22), “o território da construção adquire aspectos de enclave, dadas as particularidades do cotidiano dos indivíduos [trabalhadores] que nele residem e são submetidos aos interesses das companhias construtoras”. Um grande projeto como Brasília, se desenvolve a partir de obras fragmentadas que resultam em um todo posterior (Ribeiro, 1991). Diante desta fragmentação, a primeira prioridade é estabelecer a infraestrutura básica necessária para receber os milhares de trabalhadores. As construtoras encontram como solução abrigar temporariamente funcionários, operários e engenheiros em acampamentos e alojamentos relativamente próximos das construções, até a inauguração em 1960 (Figura 1) (Brasil, 2016).

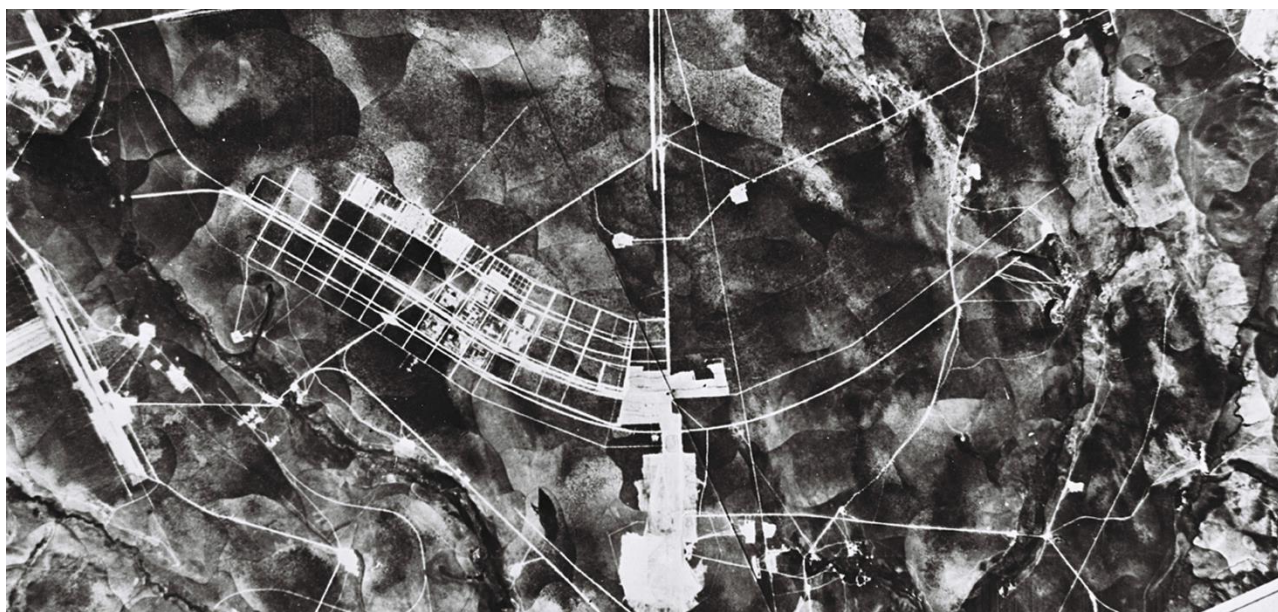


Figura 1: Vista aérea do Plano Piloto (1956-1958). Identifica-se a estrutura viária primária; um pedaço do acampamento da Novacap no lado superior esquerdo (atual Candangolândia); o Aeroporto Internacional de Brasília logo abaixo (à esquerda); a Asa Sul e Eixo Monumental no centro; a Esplanada dos Ministérios em construção abaixo, com fragmentos dos acampamentos à direita.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

De imediato, os primeiros operários e engenheiros que chegaram à região se estabeleceram em assentamento provisórios, utilizando barracas de lona e casas de madeira, com a tarefa inicial de erguer as edificações administrativas da Novacap¹, além de depósitos, residências, o sistema viário, aeroporto, e os próprios *acampamentos* (Sousa, 1984). A experiência individual do trabalhador na vida urbana inicial da capital, foi reflexo dos privilégios de sua ascensão no espectro profissional da construção civil. Os menos privilegiados se viam obrigados a morar em condições inferiores aos demais níveis hierárquicos: alojamentos precarizados e pouco acessíveis, com alimentação e higiene comprometidas. Segundo Durham (1980), dentro dessa experiência comum de um operário brasileiro pouco qualificado num sistema de divisão da mão de obra, o trabalho monótono e inflexível refletiu a ausência de autonomia, liberdade e qualidade de vida do trabalhador na capital.

A habitação dos trabalhadores era de natureza temporária, refletindo a urgência na construção dos acampamentos (Figura 2), que eram feitos de madeira, caracterizados por uma edificação simplória e limitada às necessidades básicas de um espaço provisório (Coelho, 2008). Sob uma perspectiva estilística, as construções nos acampamentos seguiam os princípios arquitetônicos do Movimento de Arquitetura Moderna (MAM). No contexto brasileiro, de acordo com Amorim (1999, p. 23 - tradução nossa), esse movimento "combinava seu ideal conceitual de referência ao passado colonial [...] com uma forte ideia paradigmática de setores domésticos, o que pode ter influenciado algumas consistências espaço-funcionais observadas na tradição vernacular".



Figura 2: Alojamentos para operários.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Em outras palavras, o que o autor expõe é uma continuidade de traços espaciais tradicionais nas residências modernistas, embora revestidos de uma roupagem plástica nova (cf. outros estudos como Gurgel e Cabral, 2023; 2024) avaliam em diversas residências). Para Vianna (2016, p. 136), a configuração dos acampamentos representa "o outro lado do binômio estabelecido pelo MAM nas edificações", observando-se uma reinterpretação dos aspectos tradicionais das pequenas cidades brasileiras, que eram as regiões de origem dos pioneiros de Brasília. Essas áreas refletem uma estrutura espacial moldada pela rica herança cultural dos engenheiros e arquitetos, que, como funcionários das empresas construtoras responsáveis pela instalação dos acampamentos, os projetaram. Assim, destacava-se um traçado ortogonal, ainda que flexível, e por uma certa organicidade de geometria simples.

¹ A Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, foi responsável por planejar, projetar, preparar e fiscalizar a execução das obras. Contava também com o poder de polícia e às vezes o de justiça. Na época, o presidente da Novacap era o político e engenheiro Israel Pinheiro, tendo sido, após a inauguração oficial em 1960, o primeiro prefeito do Distrito Federal, durante os últimos meses do governo JK.



Portanto, os acampamentos e os alojamentos operários com suas particularidades e valores demonstram um outro lado da modernidade e do patrimônio de Brasília. Mesmo que, no primeiro momento, não tenham tido a conservação que mereciam. Assim como ocorreu em Brasília, Macdonald (2013) justifica que a abordagem de conservação passou a modificar-se no final da década de 1970 (em Brasília, na década de 1980). Ou seja, há um novo olhar sobre a diversidade de valores e tipos de locais patrimoniais, as mudanças na gestão do patrimônio, a diminuição do apoio governamental e a participação pública têm desempenhado um papel crucial na definição do que é protegido e em como ocorre a sua conservação. Mesmo que, como observa Perpétuo (2015), a preservação do patrimônio em madeira na capital federal envolveu desafios significativos. Embora o material não diminua a importância dessas construções, muitas delas foram projetadas com a intenção de serem *temporárias*. Devido à sua maior fragilidade, sem a manutenção adequada, até mesmo edifícios considerados "monumentos" estavam se deteriorando após apenas vinte anos de existência.

Nesse contexto, como parte do todo de Brasília, diferentes tipologias de alojamentos foram projetadas para abrigar os trabalhadores, com variações de arranjos e configurações espaciais de acordo com as hierarquias funcionais que eles desempenhavam. Como será discutido, no caso dos operários, também havia particularidades distintas. Para discutir tais questões habitacionais dos trabalhadores no período, a partir de buscas no vasto acervo documental e plantas arquitetônicas do ArPDF, foram identificadas onze plantas de habitações, sendo: seis destinadas aos engenheiros e suas famílias e cinco alojamentos destinados aos operários (três alojamentos coletivos e dois individuais). Após um recorte resultante da análise primária das tipologias encontradas, foram selecionados três alojamentos coletivos para a apreciação proposta² (Figura 3).

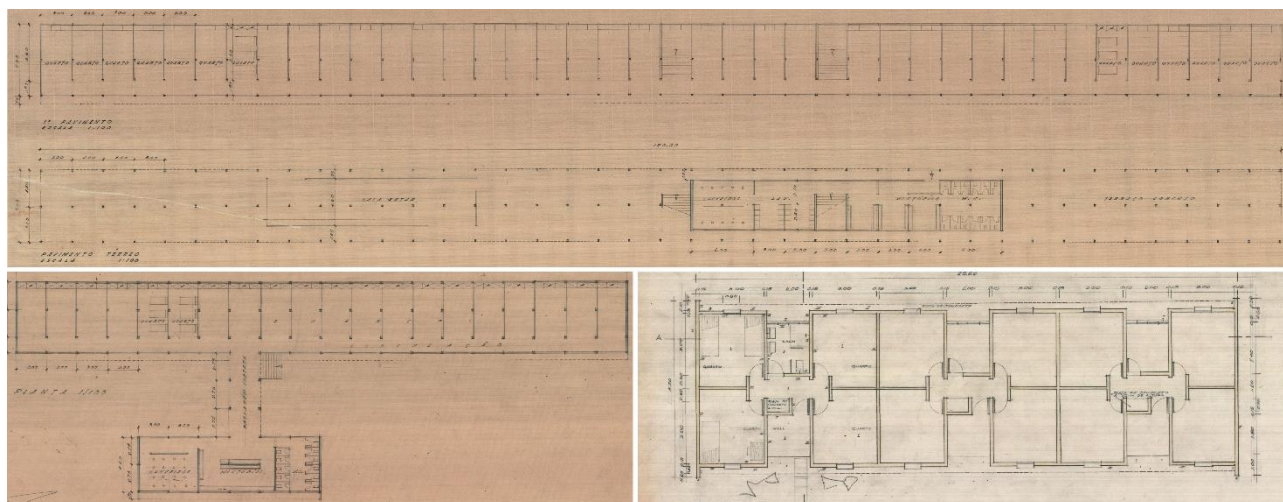


Figura 3: Três tipologias de alojamentos coletivos para operários escolhidos para a análise.

Fonte: Montagem elaborada a partir das fontes primárias disponibilizadas pelo Arquivo Público do Distrito Federal (2024).

A pesquisa adota uma análise das plantas arquitetônicas originais dos alojamentos coletivos, conduzida por meio de uma abordagem combinada, que integra métodos histórico-interpretativos e análise morfológica. A metodologia histórico-interpretativa permitiu contextualizar as soluções

² As demais tipologias serão avaliadas em artigos desenvolvidos em paralelo a este.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

arquitetônicas adotadas dentro do período da construção de Brasília, considerando as influências do modernismo e as condições socioeconômicas da época. Paralelamente, utilizou-se a análise morfológica para examinar a organização espacial, a disposição dos ambientes e a relação entre os diferentes setores dentro dos alojamentos. O que possibilitou a identificação de padrões e variações nas tipologias estudadas, como a presença ou ausência de áreas sociais e a configuração dos espaços íntimos e de transição. A combinação metodológica garantiu uma análise detalhada e contextualizada das plantas, permitindo uma compreensão mais profunda das soluções arquitetônicas empregadas e de seu impacto na vida cotidiana dos operários que habitaram esses espaços. Além de permitir explorar as disparidades entre as soluções habitacionais destinadas aos operários e outras edificações contemporâneas, destacando o papel das construções provisórias na formação da identidade arquitetônica de Brasília.

Por fim, a pesquisa abordou a questão da preservação dessas edificações, refletindo sobre a falta de reconhecimento e conservação dos alojamentos operários em contraste com outras estruturas modernistas da cidade. Essa reflexão contribuiu para uma análise crítica das práticas de preservação do patrimônio, enfatizando a importância de valorizar as construções temporárias que desempenharam um papel fundamental na história e na cultura de Brasília

Por outro lado, não foram encontradas pesquisas que abordem os acampamentos pioneiros de Brasília sob a perspectiva dos operários e os seus alojamentos. Os acampamentos e alojamentos provisórios, apesar de sua natureza temporária, desempenham um papel crucial na compreensão da modernidade de Brasília. Estudos como os de Ribeiro (2008, 1991), Sousa (1983, 2007), Bicca (1985), Zarur (1991) e o “Roteiro dos Acampamentos Pioneiros do Distrito Federal” (Brasil, 2016), fornecem uma visão valiosa sobre a vivência dos trabalhadores nos acampamentos e na dinâmica entre as diferentes classes sociais durante a construção da cidade, por fornecerem uma rica análise historiográfica focada nas camadas populares como os principais agentes da construção da cidade. Em vista disso, o trabalho permite a discussão sobre o que é posto historiograficamente na perspectiva de um espaço habitacional efêmero e, posteriormente, tombado, como lugares que narram parte da memória de uma sociedade, pautado por critérios hierárquicos socioeconômicos da força de trabalho (operário *versus* engenheiro). Ou seja, assim como observado por Armada (2012, p.20 – tradução nossa) a “questão do ‘lugar’ é essencial para uma arquitetura efêmera que visa abraçar um momento único e deixar uma memória cultural”.

Este artigo é estruturado em quatro seções. A primeira discute-se o acampamento e sua arquitetura de caráter efêmera, sua resistência, os esforços de preservação e o reconhecimento histórico e patrimonial. Na segunda, os alojamentos e sua questão habitacional operária, que, por terem como foco a empreitada da capital e a produtividade, existiam em condições adversas. Na terceira, a exaustiva análise das tipologias dos alojamentos escolhidos, suas particularidades e finalidades. Por último, a quarta seção, os resultados das análises, discutindo limitações, breves comparações entre o que foi a moradia do operário e a do engenheiro, refletindo desigualdades sociais, e propondo caminhos para a reconstrução narrativa dos trabalhadores da capital, ressaltando a importância de preservar esses espaços como patrimônio e a memória histórica da Brasília.

ACAMPAMENTO PIONEIRO: O EFÊMERO, O ABANDONO E O TOMBAMENTO

Uma arquitetura efêmera é aquela projetada para existir por um curto período de tempo e depois desaparecer, proporcionando uma experiência passageira e



ARQUI MEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

deixando uma memória. Como um riacho efêmero ou um inseto cuja vida dura apenas um dia, a experiência será única e mais significativa justamente por causa do seu limite de tempo reconhecido (Armada, 2012, p.15).

Durante a construção de Brasília, é possível categorizar três principais acampamentos de caráter efêmero que recebiam o intenso fluxo de trabalhadores e definiam a ocupação do território no perímetro das construções entre os anos de 1956 e 1960 (Figuras 4 e 5): 1) a Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, centralizava os serviços essenciais para as operações da empresa, as residências para funcionários e engenheiros; 2) a Candangolândia, designada para as habitações dos colaboradores da Novacap (a qual, encontravam-se parte dos alojamentos analisados); 3) e a Vila Planalto³ (próxima às primeiras obras da nova capital, o Brasília Palace Hotel, o Palácio da Alvorada, a Praça dos Três Poderes e a Esplanada do Ministérios), de aglomeração mais significativa. Abrigava os trabalhadores responsáveis pela terraplenagem e à construção de palácios, blocos ministeriais, rodoviária etc. (Brasil, 2016).

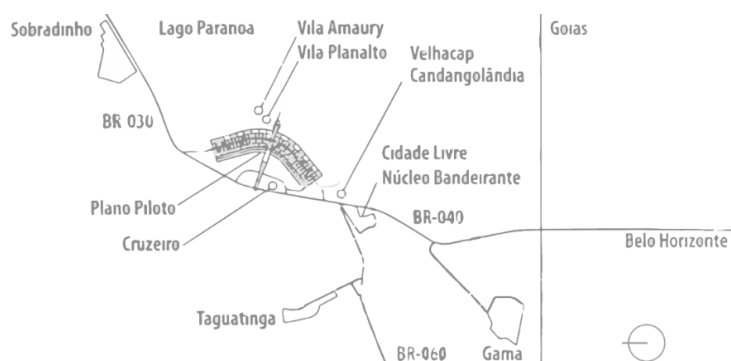


Figura 4: Distrito Federal: situação em 1960.
Fonte: adaptado de Ribeiro (2008).

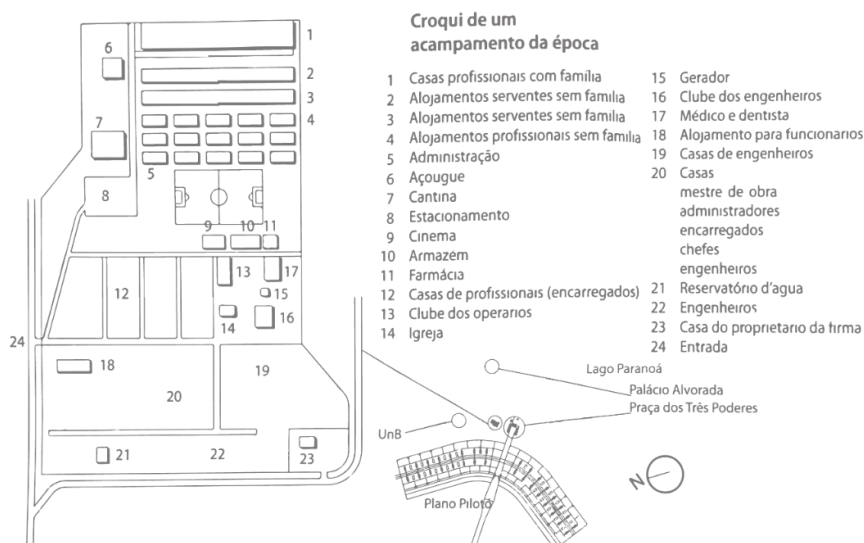


Figura 5: Croqui de acampamento da época.
Fonte: adaptado de Ribeiro (2008).

³ “A Vila Planalto foi regularizada e tombada em 21 de abril de 1988. No Decreto nº 11.079, de tombamento, são elencados pontos principais para justificar a proteção do núcleo, por exemplo: sua relevância como testemunho da construção de Brasília, o papel dos moradores como parte da história viva da cidade e o ambiente bucólico do espaço, em especial a sua área verde.” (Barbosa; Derntl, 2022)



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

No que diz respeito a experiências dos trabalhadores nestes acampamentos, Ribeiro (2008) relaciona duas dinâmicas de ocupação da força de trabalho e do território do trabalhador (operário *versus* engenheiro): um afluxo desorganizado no qual o trabalhador se insere sem que haja um aliciamento formal (o operário), e um afluxo organizado, no qual o trabalhador se encaminha com um anteparo de empresas particulares ou órgão governamentais (engenheiro e profissionais qualificados). Apesar da diferenciação como parte do artifício analítico do processo, com o tempo as chegadas desorganizadas são limitadas a conviver e se adequar as chegadas organizadas, indicando uma investida do controle territorial da população tanto para a quantidade da mão-de-obra, quanto ao provimento de habitação aos que chegam (Ribeiro, 2008). Com isso, apesar das intenções de organização da Novacap e outras empreiteiras⁴ nos acampamentos (que foram significativas para habitar esses operários, mesmo que de modo precário) e as demais construtoras, não foi possível restringir os caminhos e necessidades inerentes a sobrevivência dos trabalhadores, colocadas como reprodutoras de uma força de trabalho (Quinto Junior; Iwakami, 1991; Campos, 1991).

Em decorrência desse planejamento, a organização espacial das habitações e a hierarquia trabalhista nos acampamentos eram feitas a partir da “distinção serventes/profissionais”. Essa divisão espacial refletia a estratificação social presente no canteiro de obras, com os serventes ocupando áreas mais distantes e com menos infraestrutura. Apesar dessa clara divisão espacial, outro aspecto marcante dos acampamentos era a ausência de famílias. Ainda segundo Ribeiro (1991, p.35), ao pensar a configuração espacial do acampamento como um *continuum* que permeia a lógica hierarquia da construção civil, são definidos dois lados: “um lado basicamente masculino/sem família e formado por serventes e profissionais [...] e o outro reservado aos controladores da produção com suas famílias [...]”. Ou seja, desde o início das construções, há uma ausência de famílias em Brasília sendo este um dos objetivos implícitos ao contexto de obra, a princípio, a ausência se dava pela incapacidade de fornecer habitação e serviços urbanos para uma população que não seguia os critérios de recrutamento dos trabalhadores, porque no fim, quem queria vir com a família, vinha independente das exigências (Ribeiro, 2008).

Assim, os anos subsequentes ao início da empreitada foram movimentados. Por um lado: monumentos e superquadras inaugurados. Por outro: o intenso fluxo migratório em contraponto a ausência de moradia (os edifícios das superquadras não eram para estes) e as intenções de controle da expansão dos acampamentos. Ainda assim, a importância dos acampamentos como solução habitacional é contabilizada um ano antes da inauguração no Censo de 1959 (IBGE, 1959, p.40 apud Ribeiro, 1991, p.32) que dividiu o território da construção em acampamentos (sendo o central da NOVACAP, Candangolândia, a Vila Planalto e da Asa Sul – somando 28.020 habitantes), núcleos provisórios (Núcleo Bandeirante e o Bananal ou Vila Amauri – com 17.761 habitantes), núcleos estáveis (Taguatinga e as cidades goianas preexistentes de Planaltina e Brazlândia com 6.277 habitantes) e zona rural (12.256 habitantes). Os habitantes dos acampamentos formavam 43,5% da população total do território (64.314) ou ainda, retirando-se desta cifra a população da zona rural, 53,8%.

No ano seguinte (1960), com a inauguração da capital, dá-se início o processo de investida oficial contra as “moradias” nos acampamentos, que, por terem caráter provisório, teriam cumprida sua missão. No entanto, houve resistência dos moradores. Optou-se então como “solução” não demolir, mas controlar a expansão destes territórios, numa clara política de apagamento na qual não se

⁴ P. ex. a Pacheco Fernandes, Construtora Rabello S/A, Companhia Metropolitana de Construções, Coenge S/A, Empresa de Construções Gerais e outras, contratadas para a construção de grandes obras em Brasília. (Revista Brasília, 1957).



permitia novas unidades habitacionais, nem a conservação das existentes. Tal solução que não obteve o êxito que pressupunha (Vianna, 2016). Devido ao caráter efêmero e as persistentes políticas de opressão, pouco foi mantida da estrutura. Menos ainda são os processos de resgate que se tem dessas edificações, que estão sob risco de demolição, descaracterização ou muito se perderam como consequência das ações do tempo⁵. Essas edificações são de amplo interesse patrimonial, e de modo geral, entendem-se como lugares de construção e afirmação da memória da sociedade: os trabalhadores de Brasília (Dantas, 2021, p.2).

Em partes, a preservação e fixação dos acampamentos pioneiros traduz um resgate da memória da construção de Brasília, salvaguardando-se o espaço conquistado por parte da população (trabalhadores e famílias). O mais antigo “reconhecimento” e consolidação de um acampamento foi em 1967, quando a Cidade Livre, maior e principal acampamento pioneiro de Brasília, sob forma de uma cidade satélite, foi integrada ao contexto urbano de Brasília, o chamado Núcleo Bandeirante. Todavia, a fixação não determinou a preservação do patrimônio histórico-cultural o qual a cidade livre foi consolidada e “hoje nada resta dos primórdios da cidade, e muito pouco da época de consolidação da Cidade Livre, pela criação do Núcleo Bandeirante.” (Vianna, 2016, p.140).



Figura 6: Acampamentos que hoje compõem a Vila Planalto. Visível ao fundo (a direita), os esqueletos estruturais das duas torres do Congresso Nacional e Ministérios (1956-1958).
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Vianna (2016) ainda argumenta que, quinze anos depois, o então recém-formado Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (GT-Brasília⁶, iniciou pesquisas em acampamentos remanescentes, indicando a Candangolândia⁷, e Vila Planalto para

⁵ Como é o caso do Conjunto Fazendinha. É uma área de preservação histórica localizada na Vila Planalto composto por cinco casarões de madeira construídos em 1957 para abrigar engenheiros e técnicos na época da construção de Brasília. São algumas das únicas construções modernistas edificadas em madeira do final dos anos 1950, dentro do Plano Piloto de Brasília.

⁶ O Grupo de Trabalho (GT) para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília foi uma iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que atuou até meados de 1988. Foi a primeira iniciativa institucionalizada para estudar, propor e adotar medidas de proteção ao patrimônio cultural da capital do país.

⁷ Este último núcleo foi objeto de estudo-piloto, com propostas que abrangiam a fixação do assentamento, questão fundiária, fixação de regulamentações de uso e ocupação do solo. Prevvia-se assegurar a preservação de características fundamentais do acampamento (Vianna, 2016).



objeto de preservação histórica. O GT foi um marco importante para a preservação cultural desses locais e de suas memórias (Brasil, 2016). O GT-Brasília compreendeu que a preservação do patrimônio deve considerar uma visão abrangente do processo de ocupação da capital, levando em conta todo o seu território (Ribeiro, 2005). Ao tomar como exemplo a Vila Planalto, sua preservação acontece a partir da luta da população para manter as moradias, apoiados no ideológico que legitimou a construção de Brasília (p. ex. ideias como “ritmo de Brasília”, o “pioneirismo”, desenvolvimento do Brasil e a “Marcha para o Oeste”, narrativas comumente atreladas a capital), além do próprio título de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. Logo, o reconhecimento do conjunto urbano da Vila Planalto como testemunho de época reforçou uma reivindicação identitária dos moradores e operários pioneiros, de parte da vida nos acampamentos e o próprio conceito contemporâneo de preservação do patrimônio arquitetônico urbano.

OPERÁRIOS E OS ALOJAMENTOS: ESPAÇOS DA DESIGUALDADE

Considerando o cunho habitacional o qual o trabalho se propõe, primordialmente, é importante contextualizar o *alojamento operário*. Na virada do século XIX para o século XX, a residência operária, até então já compreendido como uma habitação para os estratos sociais mais baixo, “toma vulgarmente o nome de alojamento ou habitação operária”, dado à sua maneira de subsidiar a moradia da classe trabalhadora (Lameira; Rocha, 2019, p.124). De modo geral, o alojamento operário foi significativo para compreender a habitação popular urbana, englobando a diversidade das soluções habitacionais dentro do contexto de desenvolvimento industrial, das vilas operárias, que consequentemente, foi a estratégia adotada nos acampamentos de Brasília. Ao mesmo tempo, os alojamentos para os operários da capital não se diferiram das habitações coletivas tradicionais no Brasil:

No século XIX, o termo “habitação coletiva” foi sinônimo de desconforto, de moradia popular para classe de baixa renda. As habitações coletivas populares foram rapidamente associadas à insalubridade. Vários relatórios, de engenheiros sanitaristas e de médicos higienistas, apontavam as péssimas condições das moradias: má distribuição dos espaços internos, falta de iluminação e de ventilação, insuficiência de instalações sanitárias, entre outras (França, 2008, p.87).

A habitação coletiva surge no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX (Vaz, 2002). Representavam uma alternativa de moradia barata para atender o crescente contingente de trabalhadores que queriam se estabelecer nos centros urbanos (França, 2008, p.87). Em Brasília, muda-se o foco. Não é sobre estabelecer esses trabalhadores, mas abrigá-los *temporariamente* até a inauguração da capital. Quanto a falta de qualidade desses espaços, na capital não foi diferente, e de acordo com os relatos de trabalhadores, chegou a ser pior. Ribeiro (2008, p.135-136) traz uma série de relatos dos trabalhadores que habitavam os alojamentos coletivos. Um deles, cujo nome não foi mencionado, relata:

Porque aqui dormia uma camada embaixo, outra mais em cima, outra mais em cima... Então eles fizeram tipo belicho assim, que dá pra um homem sentar, mais ou menos uns 80 centímetro [entre uma cama e outra]. Rapaz, ali dava tudo quanto era tipo de peste: rato, percevejo, pulga, tudo quanto era tipo de imundícia você podia encontrar naquela época aqui em Brasília. Doença, eu vou falar uma coisa, você nem imagina o quanto que a pessoa sofria sem saber o que é que tava sofrendo. E tudo, tudo. Era um negócio que você nem imagina. [...] Minha cama era numerada. A minha cama era 46. Eu chegava lá, botava aqueles lençolzinho que eu trouxe lá do Norte, todo branquinho. Eu dormia uma noite nessa, na outra noite



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

eu olhava, eu tinha nojo. [...] O cara morto de trabalhar, lavava só os pés, os braço, as mãos, o rosto. Coragem de tomar banho ele não tinha, porque era a água fria. [...] Mas o cansaço era tão grande que ele trabalhava, dava tudo dele, o dia e a noite, o pedaço da noite. [...] [sic] (Ribeiro, 2008, p.135-136).

À vista disso, de acordo com Ribeiro (2008, p.207), a estratégia de construir os alojamentos coletivos foi um meio de facilitar “a exploração da força de trabalho, pois sendo eles diretamente ajustados à lógica capitalista, provocam, à semelhança do que acontece na relação entre fábrica e vila operária, [...] absorvendo quase completamente o cotidiano dos empregados”. Como a maior parte da massa operária presente em Brasília era composta de trabalhadores sem família. Ao menos era isso que se esperava por parte do planejamento da Novacap. O recrutamento da mão de obra operária era feito conforme a função que iriam exercer, tendo como critério básico: ser homem, jovem, saudável e sem família (Ribeiro, 2008). Entretanto, estes critérios não foram impeditivos para as famílias, que logo depois, com parte da infraestrutura habitacional precária dos acampamentos consolidada, passaram a migrar em maior fluxo para a capital. Os acampamentos provisórios, mesmo que construídos em grande escala, não foram capazes de abrigar todos os trabalhadores que chegavam (Béu, 2013). No caso dos alojamentos coletivos para operários solteiro, Zarur (1991, p. 22) ainda relata, sua “má qualidade [...], agravaram este traço, na medida em que, passaram a abrigar famílias inteiras, no mesmo espaço dos cubículos”.

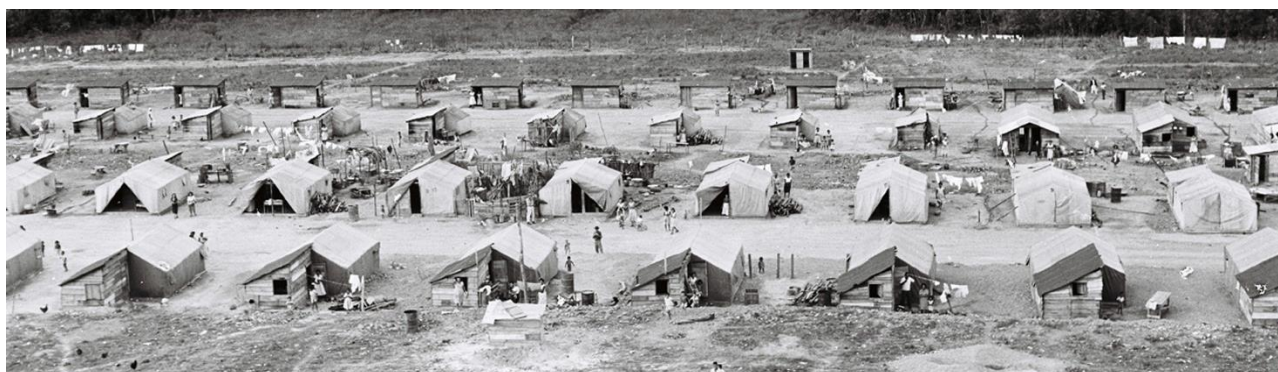


Figura 7: Alojamentos para trabalhadores casados no acampamento da Candangolândia.
Fonte: adaptado de Ribeiro (2008).

Antes de toda a problemática habitacional, a chegada desses operários era preconcebida pelo encaminhando à delegacia para fazerem a ficha de identificação, depois ao “balcão de empregos”, para só então serem enviados aos canteiros e consequentemente, os seus respectivos alojamentos (Sousa, 1983). O critério de recrutamento citado efetivamente estruturou um extenso corpo de trabalhadores solteiros. Estes que iriam habitar os alojamentos coletivos sob as condições que, conforme observa Ribeiro (2008), foram regidas por práticas intencionais nos espaços onde, a ausência da família retiraria do indivíduo (operário) a capacidade de ser sujeito a condições extra atividade produtiva do cotidiano operário na obra. Em outras palavras, o ambiente familiar quanto unidade produtora de atividades e estratégias econômicas, afetivas e relacionais, além de estruturar o ideário do “lar feliz”, é retirado de cena, removendo dos indivíduos parte de suas relações cotidianas, subordinando-os quase que a totalidade do controle e interesse da produtividade no canteiro de obra. Assim, a condição de *operário* é estar submetido as condições subordinadas, dentro e fora da atividade produtiva: morar nos piores alojamentos; se alimentar com comida de qualidade inferior (Ribeiro, 2008).



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

Ainda nesse sentido, há uma contradição: a ausência dos operários habitando o espaço urbano central de Brasília. Em outras palavras, “do porquê aqueles que construíram a cidade não tiveram o direito de nela permanecer” (Ribeiro, 2008, p.32). Como possível resposta, os dois contextos de planejamento são justificados dentro da noção de uma Brasília em processo de construção, no qual a mediação da divisão da organização do trabalho era determinante para os diversos aspectos da vida social e espacial dos trabalhadores (Ribeiro 1991). Assim, a habitação do operário em Brasília foi pautada pelo privilégio imponente dos que planejam dado os seus níveis de hierarquia na organização de trabalho. Lefebvre (2000, p.432-433) argumenta em como este planejamento cai sob um controle absoluto da empresa, o que resulta em uma perda do princípio de autonomia “que faz deles trabalhadores livres, operários, ‘proletários’ no sentido de Marx: dispondo de seu tempo fora do tempo de trabalho cedido ao capitalista que compra a força de trabalho (e não o trabalhador enquanto ser físico e pessoa humana)”.

Ou seja, a dinâmica habitacional permeia o processo de escolhas de uma divisão social de trabalho que foge do controle dos menos favorecidos (Lefebvre, 2000). Ribeiro (2008) então relaciona duas dinâmicas de ocupação na experiência individual do trabalhador na vida urbana inicial de Brasília. Reflexo dos privilégios da ascensão no espectro profissional da construção civil, os menos privilegiados se viam obrigados a morar em condições inferiores aos demais níveis hierárquicos: alojamentos precarizados e pouco acessíveis, com alimentação e higiene comprometidas. E que, segundo Durham (1980), dentro dessa experiência comum de um operário brasileiro pouco qualificado nesse sistema de divisão da mão de obra, o trabalho monótono e inflexível ainda reflete a ausência de autonomia e liberdade do trabalhador (Sousa, 2007).

Portanto, o esquema adotado para o planejamento das moradias dos proletários não previa residências que garantissem uma melhor qualidade de vida e que abrigassem as suas famílias. Há uma ideia única e incontestável no entendimento da morfologia espacial dos acampamentos no qual, a concentração de poder do planejador determina o que será planejado. Isto é, o que é posto na lógica de trabalho do operário *versus* engenheiros em Brasília é que: o operário se torna automatizado e a sua força de seu trabalho é mais relevante do que a sua participação inteligente. Logo, o controle da cidade não pertence às pessoas que a habitam, mas sim aos seus planejadores, evitando percalços que resultem em perda de produtividade parte dos operários; e a própria proposta de uma capital destinada a ser um polo político (Bicca, 1985; Nunes e Kohlsdorf, 1999).

Essa condição é refletida principalmente no âmbito arquitetônico. Diferentes tipologias de alojamentos coletivos para os operários foram construídas a depender da construtora e da obra a qual estão inseridas. Para o estudo proposto foram selecionados três destas tipologias de alojamentos coletivos que, em maior ou menor grau se fazem presentes nos registros fotográficos e relatos históricos que narram parte desse processo. Neste sentido, os três alojamentos analisados foram postos intencionalmente de modo gradativo, dado o seu tamanho e configuração espacial. Conforme será observado, as diferentes escalas dos alojamentos são expressivas e demonstram critérios diferentes dado o período em que foi projetado, para quem foi destinado e a sua funcionalidade.



ALOJAMENTOS: PROJETOS, TIPOLOGIAS E PARTICULARIDADES

Apesar dos alojamentos coletivos para operários em Brasília traduzirem soluções modernistas, assim como observado por Bonduki (1994), nas soluções habitacionais entre as diferentes classes sociais ainda na década de 1940 com a criação dos IAPs⁸. Foram inspiradas em uma produção europeia das habitações públicas vinculadas ao movimento moderno, intrinsecamente, introduz-se um rigor racionalismo e econômico das habitações, dando aos núcleos habitacionais configurações que compatibilizam as necessidades de famílias operárias. Por outro lado, os alojamentos coletivos dos operários de Brasília apresentam condições mínimas (quase nulas) em fornecer as necessidades dos trabalhadores. Ou seja, há uma “busca pela racionalização e industrialização do sistema de produção das moradias, de modo a reduzir seu custo” (Bonduki 2004, p.154). Como será visto, tais questões são perceptíveis nas plantas baixas dos alojamentos.

Ao mesmo tempo em que Brasília sintetiza os princípios da arquitetura modernista: o uso do concreto, racionalidade, funcionalidade e simplicidade das linhas; subverte-se o convencional, no qual, primordialmente, o uso da madeira atrela-se a estes demais pontos e tornando-se o material de principal uso nas edificações iniciais. O maior exemplo dessa transposição é o Catetinho (Figura 8), construído para abrigar temporariamente o JK, é o ponto de partida do patrimônio moderno de Brasília.

Na época da construção de Brasília, entre fins dos anos cinquenta e princípio dos anos sessenta, cria-se um paradoxo: na área destinada à futura capital, as primeiras edificações erguidas foram de madeira, contrastando com o discurso de modernidade e o uso de materiais inovadores. Foi assim desde os *assentamentos de pioneiros*, que abrigavam os protagonistas da construção da cidade, erigidos no entorno do Plano Piloto, até a primeira residência oficial do Presidente da República, o denominado Catetinho, também conhecido como “Palácio de tábuas”, assinado por Oscar Niemeyer, hoje monumento tombado em madeira (Dantas, 2021, p. 4).

Isto significa que, a preservação de edificações em madeira, características do período da construção de Brasília, “teve um único ato realizado até o presente, no tombamento do Catetinho [tombado em 1959, a pedido do próprio presidente], residência presidencial provisória até à construção do Palácio da Alvorada” (Vianna, 2016, p.141). Porém, neste ponto, é importante ter clareza entre a disparidade da função final destes dois assentamentos tidos como temporários: *alojamentos coletivos x Catetinho*. A aproximação comparativa destes dois “mundos” reside unicamente em preceitos arquitetônicos e habitacionais, simultaneamente em que a relevância existe nas duas realidades. Porém, enquanto um é tombado a pedido do presidente antes mesmo da inauguração, o outro é deixado para demolição.

⁸ Os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), criados entre 1933 e 1938, a partir de 1937 passariam a atuar de forma mais intensa nas questões habitacionais. As experiências mais relevantes foram desenvolvidas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) (Segawa, 2010). Em Brasília, por intermédio da Novacap, construíram diversos blocos de apartamentos nas superquadras das Asas Sul e Norte (França, 2008).



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

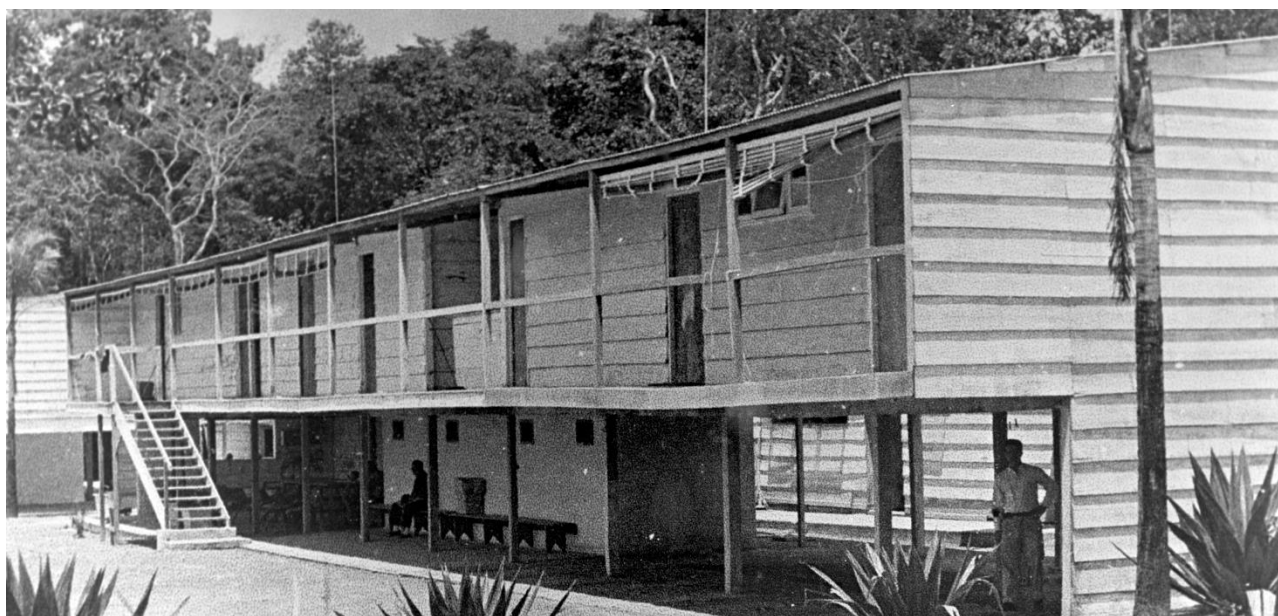


Figura 8: Catetinho, residência presidencial inicial de Juscelino Kubistchek (1956-1958).
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

A alguns quilômetros do Catetinho, com base nos estudos realizados por Sousa (1983), os moradores descreviam as adversidades existentes na vida nos alojamentos coletivos. Dentre os relatos, os alojamentos eram descritos como sendo “[...] galpões que possuíam dez a quinze quartos, com beliches de dois ou três andares. [...]”, além disso, muitas das vezes “os colchões eram de capim e a falta de higiene nos alojamentos favorecia a presença de percevejos, pulgas e piolhos [...]” (Sousa, 1983, p. 36). Nas plantas analisadas (Figuras 10, 11 e 13), percebe-se que não só os relatos se confirmam - como a configuração longitudinal -, mas também os recursos mínimos para vivência dos operários: as divisórias simples entre os quartos, portas apenas nos ambientes sanitários, camas para solteiro, chuveiros aglomerados e mictórios coletivos.

Como visto, estes alojamentos eram destinados aos trabalhadores solteiros. Os autores destes projetos são desconhecidos, mas eram de responsabilidade da Novacap. Ainda assim, segundo Schlee (2016, p. 98) a Diretoria de Urbanismo e Arquitetura (DUA) instituída na Novacap, dirigida por Oscar Niemeyer, com a divisão de Arquitetura coordenada pelo arquiteto Nauro Esteves, também foi responsável por projetar “muitos dos edifícios provisórios de madeira.” Neste primeiro momento, cabendo a Niemeyer e sua equipe⁹ estabelecer os primeiros projetos de Brasília, os preceitos modernistas de Brasília nos projetos eram mais perceptíveis (Schlee, 2016, p.98).

Por conseguinte, os alojamentos analisados foram divididos em três modelos (Tabela 1), nomeadas de Alojamento – AL (numerados de 01 a 03). Quanto aos critérios de implantação, não há indicação clara nas plantas encontradas no ArPDF da sua localização na cidade. Porém, é sabido que, ao menos nos primeiros anos, eles compunham a infraestrutura inicial dos acampamentos margeadores das primeiras obras que, no caso dos AL 01 e AL 02, datados de 1956 e 1957 (entre os primeiros anos de construção da capital), foram implantadas próximas dos primeiros acampamentos (na Candangôlandia) e aqui receberão maior labor analítico no trabalho.

⁹ “Ele coordenava um grupo de profissionais formado principalmente pelos arquitetos Nauro Esteves, Sabino Barroso, Gauss Estelita, Ítalo Campofiorito, Glauco Campelo, José de Souza Reis e Adeildo Viegas.” (Schlee, 2016, p.98).



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

Tipologias de alojamentos para engenheiros

Tipos	Descrição	Características	Áreas (m ²)				Construção	Data
			Setor social	Setor de serviço	Setor íntimo	Espaço de transição		
1 AL 01	37 dormitórios	2 pav.	91	26,91	793,93	593,82	1.656,2	dez/56
3 AL 02	20 dormitórios	Térreo	-	-	414,34	104,74	546,04	jan/57
2 AL 03	12 dormitórios	Térreo	-	-	130,38	25,33	204,68	nov/67

Obs.: As áreas dos setores e a de construção são valores aproximados e foram calculadas a partir do perímetro considerando toda a área construída do edifício, incluindo pavimentos.

Tabela 1: Dados das residências analisadas.

Fonte: elaboração própria (2024).

No primeiro alojamento analisado (AL 01), o carimbo aponta sua datação do dia 3 de dezembro de 1956, ou seja, possivelmente, trata-se de uma das primeiras tipologias projetadas para os alojamentos coletivos. O AL 01 é a maior tipologia e a mais complexa, um alojamento em madeira de dois pavimentos com 120 metros de comprimento e 7 metros de largura, com dormitórios de 3 x 6 metros. No pavimento térreo, há uma área social e um espaço de serviço com lavanderia (diferindo-o dos demais alojamentos), um pavimento superior sobre pilotis composto de 37 dormitórios e um longo corredor de acesso aos quartos.

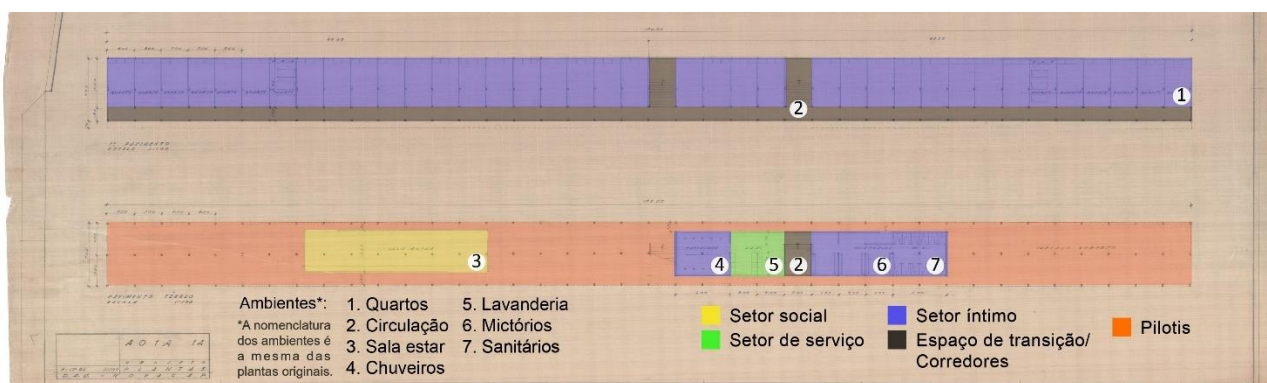


Figura 10: Planta – Tipologia 1 (AL 1), seus setores e ambientes.

Fonte: elaboração própria sobre desenho original (2024).

Curiosamente, este foi um alojamento o qual não foi identificado nas fotografias aéreas dos alojamentos da época¹⁰. Sugere-se que, como o AL 02 foi projetado logo no mês seguinte (janeiro), e nele empregavam-se outras características configuracionais (a diminuição significativa de espaço construído, a estrutura térrea, sem a presença de áreas sociais), possivelmente, o AL 01 não foi construído. Logo, infere-se dois motivos para sua não implantação: 1) se tratando de um alojamento arquitetonicamente maior, seu custo infraestrutural pode ter sido considerado elevado, levando a condensar a tipologia de alojamento coletivo; 2) dada a provisoriedade ao qual os alojamentos tinham como característica primário de concepção, a diminuição do alojamento foi a solução mais lógica, abrindo mão do setor social para descontração dos operários, tendo em vista que o que importava para o contexto da construção era a labuta operária nos canteiros de obra.

Nos dois primeiros (AL 1 e AL 2) não há porta, logo, o espaço de transição se integra ao íntimo. Porém, os *alojamentos coletivos* analisados se diferem do convencional arquitetônico de se pensar

¹⁰ Fotografias do acervo Novacap disponibilizado pelo Arquivo Público do Distrito Federal.



o espaço íntimo. Geralmente, relacionado como um espaço de segurança, a nomenclatura “setor íntimo” é meramente taxonômica. Ou seja, ele não é íntimo em seu cerne, pois se integra ao espaço de transição, exceto pelas divisórias que os separam. Essa condição de privacidade é diferente no AL 3. Tal condição não apenas reafirma o caráter provisório e insalubre dos acampamentos, mas reafirma o controle hierárquico de trabalho com os operários, tornando o alojamento um espaço estritamente *dormitório*.

Algo relevante a considerar neste alojamento (AL 01) é que, ligeiramente, assim como um Catetinho, possuía estrutura longitudinal em pilotis e telhado de uma água. Então, elucida-se o Catetinho como criador de uma “arquitetura modernista candanga” (Schlee, 2016). Ou seja, uma tipologia de alojamento (AL 01) que surge a partir do modelo prolífero, partindo do Catetinho para uma série de construções “provisórias em madeira cujos traçados seguiam o seu perfil estilístico, mas que, posteriormente, foram reproduzidas da mesma forma nos edifícios definitivos de Brasília, como no Hotel Brasília Palace e, especialmente, nos prédios residenciais do Plano Piloto” (Dantas, 2021, p. 40) conforme visto na Figura 9. Um reflexo das mãos de Niemeyer e equipe na produção destes alojamentos.



Figura 9: Brasília Palace Hotel (à esquerda) e tipologia de edifícios residenciais das superquadras (à direita) (1956-1958).
Fonte: Montagem elaborada com base nas fotografias encontradas do Arquivo Público do Distrito Federal.

No AL 01 (Figura 10), assim como à implantação dos edifícios residenciais das superquadras: “uma das características marcantes dos edifícios é a grande serventia dos pilotis como articular do edifício ao terreno e a passagem de pessoas” (França, 2008, p.104). O piloti é muito utilizado no Plano Piloto de Brasília. Tornou-se um marco da arquitetura da cidade, utilizado como intenção de proporcionar visibilidade, permeabilidade, “viabilizando a passagem dos transeuntes eventuais – sem inibição ou distinção” (Lauande, 2006, s/p). Pode-se pensar que a intenção de projetar um alojamento coletivo para operário com este preceito fosse meramente estético, ou seja, aproveita-se o ensejo de uma “estética Catetinho”, como precursor o bloco de madeira em lâmina sobre pilotis. E que no fim, opta-se por abrir mal desta condição ao projetar um alojamento mais simples dado sua destinação.

Quanto aos outros, os AL 02 e AL 03 são significativamente menores se comparados ao anterior, apesar de também apresentarem estrutura longitudinal, estes são compostos por apenas um pavimento térreo e planta menor em comprimento. O AL 02 (Figura 11) possui 60 metros de comprimento e 20 dormitórios, dois blocos separados por um espaço de transição interligando os dormitórios ao espaço íntimo de chuveiros, mictórios e sanitários, e dormitórios de 3 x 6 metros. Como mencionado, o AL 02 apresenta algumas similaridades com o AL 01, além da disposição dos quartos, a configuração da área íntima de chuveiros, sanitários e mictórios seguem a mesma lógica



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

de disposição em planta. A simplicidade arquitetônica é visível. Nesta tipologia, renuncia-se ao setor de serviço e social. O último, coincidentemente, é considerado um dos setores de maior permanência em uma casa. Portanto, sugere-se que a sua retirada seja um meio de evitar uma possível dispersão da massa operária com atividades extra produção nos canteiros.

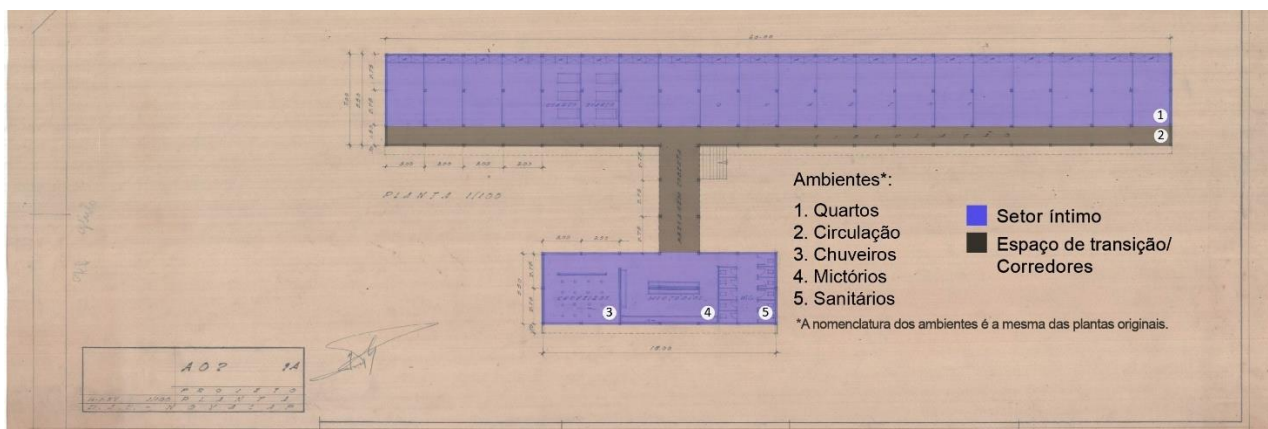


Figura 11: Planta – Tipologia 2 (AL 2), setores e ambientes, com a assinatura do engenheiro Israel Pinheiro à esquerda do carimbo.
Fonte: elaboração própria sobre desenho original (2024).

Este alojamento é o único que se tem registro da existência (Figura 12). As fotografias mostram sua implantação em série e dentro do contexto de acampamento. Com base em análises e observações nas fotografias encontradas, tipologias do AL 02 foram implantadas no acampamento onde hoje é a Região Administrativa da Candangolândia, que na época da construção foi designada para habitar os colaboradores da Novacap.



Figura 12: Alojamento coletivo – Tipologia 2 (AL 2) implantada no acampamento da Candangolândia.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

Apesar de Brasília ter sido inaugurada em 1960, a cidade ainda não estava totalmente pronta, p. ex. a Catedral¹¹ e a Rodoferroviária¹², projetados inicialmente (1956) para comporem o Eixo Monumental, foram inaugurados apenas de 1970 e 1981, respectivamente. O AL 03 (Figura 13) é reflexo dessa continuidade e um caso à parte. Ele apresenta significativas diferenças dos demais alojamentos analisados. Primeiro que seu projeto foi datado (segundo as plantas) de 1967, ou seja, apesar de apresentar a lógica dos alojamentos coletivos, foi um alojamento feito anos posteriores a inauguração de Brasília. Diferente dos AL 01 e 02, que tinham a intenção de abrigar grandes levas de operários, este apresenta um caráter menos provisório. Feito em alvenaria, tem uma lógica diferente de disposição dos espaços de transição, além de serem menores, são três corredores acessados por entradas independentes. Cada entrada dá acesso a um bloco de quatro quartos coletivos (espelhados) e um banheiro. As plantas identificam sua autoria da Novacap, sob coordenação da DUA, na divisão de Arquitetura sendo de autoria de uma arquiteta chamada Marta Lima, da qual não se tem mais informações. Contrastando dos outros alojamentos analisados, não se sabe para que fim foi projetado, nem se chegou a ser construído. As demais plantas encontradas deste alojamento (AL 03), são projetos de instalações. Logo, possivelmente, trata-se de uma tipologia que foi construída.

Sua diferença é visível em planta, a menor quantidade de quartos reflete a possibilidade de um alojamento mais humanizado. A condição temporária ainda se encontra, mas sem a preocupação imediatista da empreitada da capital. Um alojamento com novos preceitos arquitetônicos, mas ainda atrelado a concepção modernista de Brasília. Há nele uma preocupação maior com questões de privacidade e disposição das áreas necessárias ao mínimo da vivência do operário. Tais questões são refletidas na diminuição significativa da quantidade de quartos, com portas de acesso mais protegidas por halls.

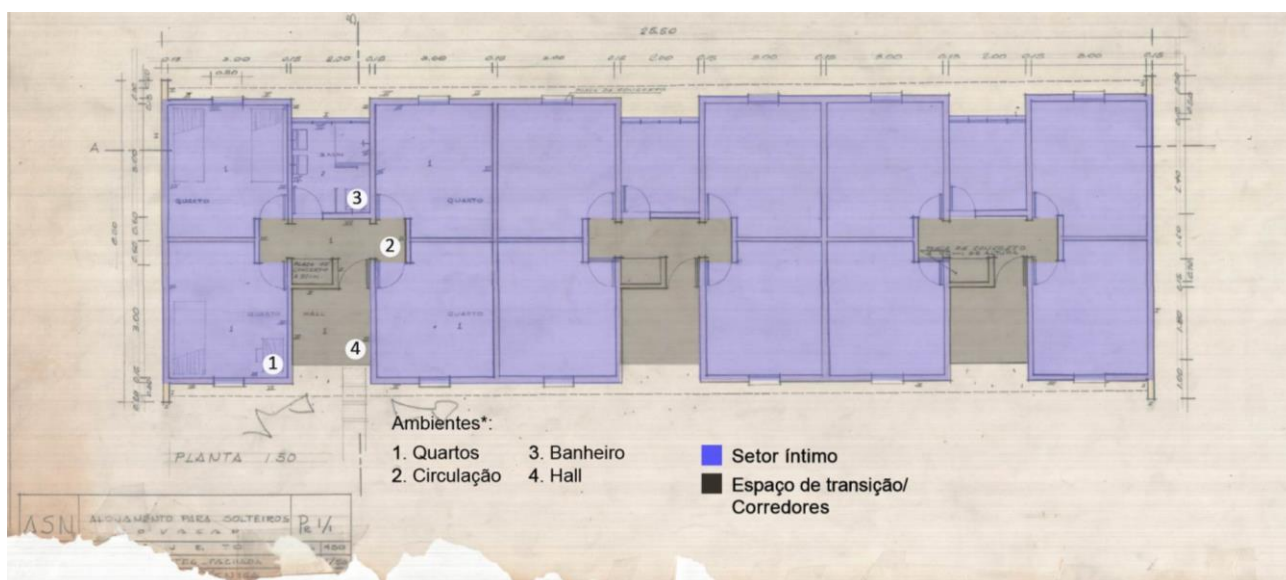


Figura 13: Planta – Tipologia 3 (AL 3), seus setores e ambientes.
Fonte: elaboração própria sob desenho original (2024).

¹¹ A Catedral teve sua estrutura executada entre 1958 a 1960 em Brasília, projetado por Oscar Niemeyer, com auxílio dos cálculos estruturais feitos pelo engenheiro Joaquim Cardozo, só foi inaugurada em 31/05/1970 (Leite Neto, 2021).

¹² A Estação Ferroviária de Brasília ou Rodoferroviária (como é conhecida atualmente). A região da implantação foi definida, mas seu projeto só foi feito em 1970 por Oscar Niemeyer e as obras só terminaram em 1976 (Lira, 2013).



A análise dos alojamentos coletivos em Brasília revela um complexo paradoxo entre o ideal modernista e a realidade da construção da nova capital. A aplicação dos princípios da arquitetura modernista, como o uso do concreto e a busca pela racionalidade e funcionalidade, é evidente nas primeiras edificações da cidade, porém, contrasta com as soluções habitacionais temporárias destinadas aos trabalhadores. O Catetinho, um exemplo paradigmático, sintetiza o uso inovador de materiais como a madeira, demonstrando uma transição entre o modernismo e a prática arquitetônica aplicada aos alojamentos provisórios. Enquanto as estruturas iniciais como o Catetinho foram rapidamente reconhecidas e preservadas, os alojamentos coletivos, destinados a atender uma demanda imediata e massiva, foram frequentemente negligenciados, resultando em condições habitacionais que refletiam a urgência e a limitação de recursos. A comparação entre os diferentes tipos de alojamentos, desde os projetos mais elaborados como o AL 01 até as soluções mais simples como o AL 03, ilustra a adaptação das soluções habitacionais às necessidades e prioridades da época, refletindo tanto a eficiência quanto as deficiências do processo de urbanização de Brasília.

O tombamento do Catetinho em 1959, e o da Vila Planalto acontecendo apenas 32 anos depois, evidencia a falta de reconhecimento e conservação dos acampamentos e os alojamentos. Levando em conta que, até hoje, edificações da época feitas em madeira – mesmo que dentro de áreas de proteção e preservação, ainda apresentam sério risco de desabamento. O que destaca a necessidade de uma reflexão crítica sobre o valor histórico e arquitetônico das construções que, apesar de nenhuma destas tipologias analisadas existirem nos dias hoje, devido sua natureza temporária, desempenharam um papel crucial na formação da identidade e patrimônio cultural da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo busca estabelecer a discussão sobre a função do espaço construído tendo em vista a dinâmica socioespacial dos trabalhadores diacronicamente ao percurso histórico da capital. Nos alojamentos dos operários são identificadas diferentes escalas de discussões acerca do habitar: simultaneamente em que existe a clara distinção social entre o operário e o engenheiro. A “casa”¹³ do operário apresenta caráter único de alojar esse funcionário, provendo precariamente suas necessidades humanas básicas (dormir e banhar-se). Por sua vez, um maior nível na hierarquia refletia um tratamento diferenciado, com alojamentos distintos respeitando à individualidade, com maior número de quarto e refeitórios mais isolados. Segundo Ribeiro (2008), a linha da configuração espacial dos acampamentos era esta: “sua construção, configuração e utilização é universo privilegiado para perceber a estruturação do espaço de acordo com as diferenças de classe e, concomitantemente, às diferenças internas a um determinado ramo da produção”. Assim, “dos miseráveis, sujos e apertados alojamentos coletivos dos serventes até a espaçosa casa do proprietário da companhia, a divisão do espaço é claramente orientada pela lógica da esfera da produção expressa concretamente no ramo da construção civil.” (Ribeiro 2008, p.139).

Outro ponto analisado é a diferenciação do que é o alojamento para o operário de uma construtora, como é o caso da Novacap, em contraponto ao alojamento destinado aos demais operários, seja de outra construtora, ou sem maiores vínculos empregativos. A arquitetura reflete, portanto, a luta de classes uma vez que “o contraste absurdo entre o discurso profissional dominante, em geral

¹³ A palavra “casa” é tida entre aspas pois, como foi visto, o caráter residencial que algumas dessas estruturas apresentavam não tinham condições mínimas de serem denominadas “casas” em termos da sua organização funcional. Inclusive, como a própria nomenclatura das plantas originais do projeto as identificam como sendo “alojamentos”, enquanto as os engenheiros, identificadas como “residências”.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

aparentemente generoso e de esquerda, e a realidade assustadora dos canteiros de obra não podia ser desconsiderada a não ser por má-fé” (Ferro, 2002 *apud* Benoit, 2002, p. 2). Nas palavras do servente José Cosme da Silva:

[...] fui no acampamento conhecer, arrumaram cama pra mim. Aí ‘tava assim um alojamento grande que cabia muita gente. E naquela época, aqueles mestre-de-obra e pessoas que tinha função, é carpinteiro, marceneiro, já dormiam nuns quartozinhos feito tudo de madeira. E nós servente dormia num galpão grande [sic]. (Silva, 1990, p.3).

A dinâmica de exploração nos canteiros é transportada para a habitação: aos engenheiros uma casa grande e moderna, aos operários um quartinho coletivo numa senzala “moderna”. Embora essa constatação pareça a princípio anacrônica, a condição servil de outrora é parcamente reestruturada no decorrer dos anos pós-abolição garantindo a manutenção da segregação social, racial e de gênero. Os canteiros e o habitat durante a construção de Brasília são, portanto, claros exemplos disso. Por vezes, os relatos descrevem situações de trabalho precárias não tão distantes da escravidão (Figura 13). Assim como observado nos acampamentos, nas senzalas, “as casas [...] devem ser de maneira situadas, que possa o senhor ver tudo, ouvir e dar ordem. [...]” (Laborie 1798 *apud* Marquese 2005, p.83)¹⁴. Propunha construções de senzalas em linha, divididas em cubículos com 3 x 6 metros (coincidentemente, as mesmas medidas adotadas para os dormitórios para operários nas tipologias AL 1 e AL 2). Essa configuração buscava:

[...] a conjugação das diferentes unidades habitacionais escravas em edifícios únicos, simétricos e uniformes, dispostos de forma alinhada em torno dos terreiros de café ou em locais observáveis a partir da casa de vivenda senhorial (Marquese, 2005, p. 169).

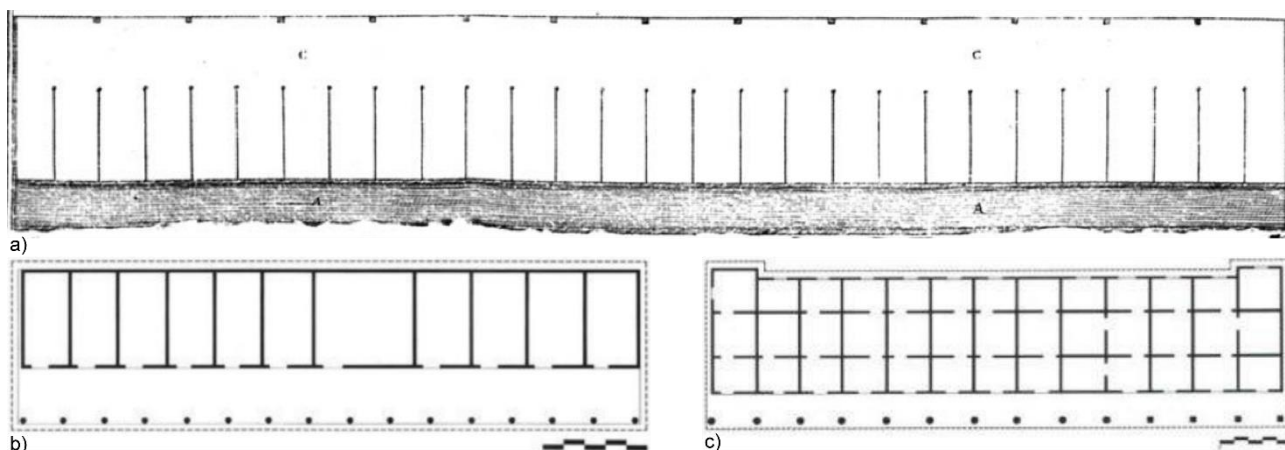


Figura 14: Plantas de senzalas – tipologias. a) Planta baixa da senzala proposta por P. J. Laborie (Laborie, 1798 *apud* Marquese, 2005). Fonte: adaptação de Marquese a partir do Acervo de Guita e José Mindlin, São Paulo. Reprodução de Hélio Nobre. b) Senzala do Engenho Matas, Pernambuco. Fonte: Vauthier (1943). c) Senzala do Engenho Jurissaca. Fonte: Vauthier, 1943)

Portanto, este estudo evidencia a importância de revisitar e reconhecer o legado dos alojamentos operários como parte integral da história de Brasília, sugerindo que futuras abordagens para a preservação devem considerar a relevância histórica e a contribuição desses edifícios para o

¹⁴ P. J. Laborie. Fazendeiro de café da ilha de São Domingos Pioneiro e dono de uma das obras mais importantes para o desenvolvimento da cultura do café no Brasil. era um grande produtor escravista de café do século XVIII que sintetizou técnicas agrônômicas de construção e distribuição dos edifícios. (Traduzido para o português em 1799)



desenvolvimento da capital. Apesar de caracterizar importância inestimável para a história de Brasília, esses alojamentos, feitos em madeira e de caráter efêmero, não permaneceram e os poucos que restaram são hoje parte das “únicas construções modernistas edificadas em madeira que representam o período do final dos anos 1950, dentro do Plano Piloto de Brasília” (Rebouças, 2022, p. 311), mas atualmente encontra-se em estado de conservação precário e risco de desabamento. Dado a importância patrimonial destes espaços, Manoliu e Gradinaru (2017) argumentam que, em contraste com modelos imutáveis, a arquitetura efêmera se caracteriza por sua capacidade de adaptação e transformação, moldando-se ao que abriga e, por isso, possui o potencial de se tornar um símbolo. O estudo desses espaços materializa justamente parte de um registro historiográfico no qual a preservação da memória e do patrimônio, dão suporte a uma compreensão maior de Brasília, seus precursores e os seus símbolos. Rebouças (2022) argumenta que, caso continue a negligência com o patrimônio, especialmente este construído em madeira, quando Brasília completar 100 anos, em 2060, nada restará da memória e da história dos operários que a construíram. Ninguém poderá ver diretamente como eram as estruturas onde viviam os operários e engenheiros que ergueram a cidade, a qual foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade. A história da construção de Brasília está praticamente restrita a filmes e fotografias da época, majoritariamente registrados pelo Estado, que representa a ideologia das “grandes obras” com discursos ufanistas que exaltam a grandeza dos monumentos e minimizam o esforço e sacrifício de seus trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- Amorim, Luiz Manuel do Eirado. “The Sectors’ Paradigm: A Study of the Spatial and Functional Nature of Modernist Housing in Northeast, Brazil.” Tese de doutorado, University College of London, 1999.
- Armada, Jacqueline. *Sustainable Ephemeral: Temporary Spaces with Lasting Impact*. 2012.
- Barbosa, Daniela Pereira, and Maria Fernanda Derntl. “A valorização de uma arquitetura em madeira representativa do período inicial da construção de Brasília: entre ‘barraco’ e patrimônio cultural.” *Cadernos PROARQ* 38 (jul. 2022): 58-75. <https://doi.org/10.37180/2675-0392-n38v1-4>.
- Béu, Edson. *Os filhos dos candangos: Brasília sob o olhar da periferia*. Editora Universidade de Brasília, 2013.
- Bicca, Paulo Renato Silveira. “Brasília: mitos e realidades.” In *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*, organizado por Aldo Paviani, 101-134. São Paulo: Projeto Editores Associados; CNPq, 1985.
- Bonduki, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- Campos, Neio Lucio de Oliveira. “A segregação planejada.” In *A conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília*, organizado por Aldo Paviani, 97-113. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- Coelho, Christiane Machado. “Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto.” *Revista Cronos*, v. 9, n. 1, 2008.
- Dantas, Maritza Giacomazzi. *Brasília, Patrimônio Moderno em madeira: desafios na preservação do Catetinho*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2021.
- Durham, Eunice. “Família operária. Consciência e ideologia.” *Dados Revista de Ciências Sociais* 23 (1980): 71-89.



Ferro, Sérgio. "Arquitetura e luta de classes: uma entrevista com Sérgio Ferro, interview by Lelita Oliveira Benoit." *Crítica Marxista* 15 (2002): 140-150.

Ficher, Sylvia, e Pedro P. Palazzo. "Os paradigmas urbanísticos de Brasília." *Cadernos PPG/AU FAUFBA*, v. 3, p. 49-71, 2005.

França, Franciney Carreiro de. "A indisciplina que muda a arquitetura: a dinâmica do espaço doméstico no Distrito Federal." Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Gurgel, Ana Paula Campos, and Tamires Cabral Oliveira. "Relações espaciais na habitação moderna. Artigos e Bo Bardi sobre a perspectiva da sintaxe espacial." *Arquitextos* nº 277, 02 (jun. 2023).

———. "Antes (1927-28) e depois (1935) da casa modernista da rua Santa Cruz: uma revisão sob a ótica da sintaxe espacial." *Oculum Ensaios* 21 (2024): 1–23. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v21e2024a6862>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *1º Recenseamento de Brasília*. Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Goiás: Conselho Nacional de Estatística, 1957.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Experimental de Brasília*. Comissão Censitária Nacional, 1959.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal*. Organização Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro; elaboração do texto, José Mauro de Barros Gabriel. Brasília-DF, 2016.

Laborie, P. J. *The Coffee Planter of Saint Domingo*. London, 1798.

Lameira, G., e L. Rocha, eds. *Mapa da habitação: Guia para uma terminologia específica em arquitetura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal, 1910–1974*. Faculty of Architecture of the University of Porto, 2019.
[https://mappingpublichousing.up.pt/images/Guia/Lameira_Rocha_MapaDaHabitação_GuiaParaUmaTerminologiaEspecificada\(2019\).pdf](https://mappingpublichousing.up.pt/images/Guia/Lameira_Rocha_MapaDaHabitação_GuiaParaUmaTerminologiaEspecificada(2019).pdf).

Lauande, F. "O uso do pilotis em Brasília: do protótipo ao estereótipo." *Portal Vitruvius*, ano 7, vol. 3, 2006, p. 171ss. Disponível em www.vitruvius.com.br/minhacidade.

Lefebvre, Henri. *A Produção do Espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Do original: *La Production de l'Espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão: início - fevereiro de 2006.

Leite Neto, Laércio de Araújo. *Análise da importância de placas informativas na catedral metropolitana de Brasília*. Monografia de Graduação em Turismo, Faculdade de Turismo do UniCEUB - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2021.

Lira, J. P. C. F. "Estação Ferroviária de Brasília: Diplomação Plano de Trabalho." *Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo* 1, no. 1 (jan. 2013): 1-76.

Manoliu, R., and T. Gradinariu. "Cathedrals of Ephemerality: Impermanence as Symbol." *4th International Multidisciplinary Scientific Conference on Social Sciences and Arts*, Bulgaria, 2017.

Macdonald, S. "Modern Matters: Breaking the Barriers to Conserving Modern Heritage." In *Conservation Perspectives – The GCI Newsletter*, 2013, p. 28.



Marquese, Rafael de Bivar. "Moradia Escrava na Era do Tráfico Ilegal: Senzalas Rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860." *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 13 (2005): 165-188.

Nunes, Brasilmar Ferreira; KOHLSDORF, Nara. *Sociologia do espaço social de Brasília o descontrolado planejado*. Edunb, 1999.

Paviani, Aldo. "Geografia Urbana do Distrito Federal: Evolução e Tendências." *Espaço & Geografia*, [s. l.], v. 10, p. 1-22, 2007.

Perpétuo, T. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. Dissertação de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

Quinto Junior, Luiz de Pinedo & Luiza Naomi Iwakami. "O canteiro de obras da cidade planejada e o fator de aglomeração." In *A conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília*, organizado por Aldo Paviani, 55-73. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

Rebouças, Liliane. *Vizinhos do Poder: Histórias e Memórias da Vila Planalto*. 1. ed. Brasília: Ed. da Autora, 2022.

Ribeiro, Gustavo Lins. *Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia*. In *A Conquista da Cidade: Movimentos populares em Brasília*, organizado por Aldo Paviani, 25-53. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

———. *O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

Ribeiro, S. B. *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2005.

Revista Brasília, Rio de Janeiro, n.1, p.1, jan.1957.

Schlee, Andrey. "Far West & Modernismo Candango." In *Primitivismo e tecnologia na arquitetura do cone sul-americano, 1930/1970*, edited by C. Comas, M. Peixoto, and Marques. Porto Alegre: Uniritter, 2016.

Segawa, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

Silva, José Cosme da. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

Sousa, Nair Heloisa Bicalho de. *Construtores de Brasília*. Petrópolis: Vozes, 1983.

———. *Trabalhadores pobres e cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

VAUTHIER, L. L. "Casa de Residência no Brasil." *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 7 (1943): 128-208. Rio de Janeiro. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat07_m.pdf.

Vaz, L. F. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7letras, 2002.



Vianna, Márcio. "Conjuntos representativos da época da construção de Brasília." In *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*, organizado por Carlos Reis et al., 136-142. Brasília: IPHAN, 2016.

Zarur, Sandra Beatriz Barbosa de C. *A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) — Universidade de Brasília, Brasília, 1991.]